Anais do Congresso Brasileiro de Iniciação Científica
(https://periodicos.unisanta.br/COB)

ISSN 2317-1316

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA PRIMEIRÍSSIMA INFÂNCIA: A BAIXADA SANTISTA COMO FOCO

THE PRECARIZATION OF TEACHING WORK IN TODDLERHOOD: A FOCUS ON BAIXADA SANTISTA

Ana Beatriz Santos Almeida, Jhenifer do Espirito Santo Ribeiro de Almeida, Ana Carolina Caetano Senger, Jorge Luis dos Santos

Universidade Santa Cecília, Faculdade de Curso de Pedagogia E-mail para contato: jhey.almeida20@gmail.com

RESUMO – O trabalho na primeiríssima infância exige afeto e dedicação, mas também condições adequadas. Este estudo buscou analisar a relação entre vínculo afetivo, exigências institucionais e condições de trabalho na educação. A pesquisa quantitativa contou com 35 participantes, que responderam a um questionário. Os resultados mostraram que 82,9% associam o amor à profissão à aceitação de condições inadequadas, e o mesmo percentual considera as exigências superiores aos recursos disponíveis. Além disso, 80% relatam falta de tempo para atividades pedagógicas. Conclui-se que o afeto deve ser acompanhado de valorização profissional e condições dignas de trabalho.

Palavras-chave: Precarização do trabalho; Primeiríssima infância; Valorização profissional; Condições de trabalho; Educação Infantil

ABSTRACT – Working in early childhood education requires affection and dedication, but it also demands appropriate conditions. This study sought to analyze the relationship between emotional bonds, institutional requirements, and working conditions in the field of education. The quantitative research involved 35 participants who completed a questionnaire. The results showed that 82.9% of respondents associate a love for the profession with the acceptance of inadequate working conditions, and the same percentage considers the institutional requirements to exceed the available resources. Furthermore, 80% report a lack of time for pedagogical activities. It is concluded that affection must be accompanied by professional recognition and decent working conditions.

Keywords: Precarious work; Toddlerhood; Professional recognition; Early Childhood; Working conditions; Early Childhood.

ISSN 2317-1316

1 INTRODUÇÃO

A primeiríssima infância corresponde aos três primeiros anos de vida e é uma fase importante para o desenvolvimento humano, marcada pela construção de vínculos afetivos e pelo início das experiências de socialização. No contexto educacional brasileiro, essa etapa está relacionada principalmente ao atendimento em creches. Como parte da Educação Básica, a Educação Infantil representa o início do processo escolar, momento em que "a entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada" (BRASIL, 2017, p. 36). O trabalho com crianças dessa faixa etária exige que o educar e o cuidar aconteçam de forma indissociável, envolvendo conhecimentos pedagógicos e habilidades como planejamento, mediação de conflitos e acolhimento.

A variedade de tarefas docentes pode acabar sendo ofuscada por discursos que destacam o amor, a paciência e a vocação no trabalho com crianças pequenas. Embora esses aspectos sejam importantes na relação educativa, podem contribuir para uma visão romantizada da profissão, deixando em segundo plano suas exigências. Como explicam Tardif e Lessard (2008), a carga de trabalho vai além das tarefas formalmente estabelecidas pela instituição, pois também envolve demandas que surgem no cotidiano. Na primeiríssima infância, essas exigências envolvem o cuidado e a atenção constantes às crianças. Pinto, Duarte e Vieira (2012) apontam aspectos que contribuem para a sobrecarga docente, como a sobreposição de atividades, a necessidade de substituir profissionais ausentes e o elevado número de crianças por adulto.

A carga dessas atribuições também está relacionada à associação histórica do trabalho com crianças pequenas ao cuidado doméstico e ao feminino. Prado e Anselmo (2019) discutem essa questão de gênero, destacando como os padrões sociais de feminilidade influenciam as expectativas sobre a atuação docente. Nesse contexto, o afeto e a dedicação esperados das profissionais podem reforçar a ideia de que cuidar e educar crianças pequenas são responsabilidades assumidas naturalmente pelas mulheres, deixando em segundo plano o reconhecimento profissional e as condições necessárias para a realização deste trabalho.

A precarização do trabalho docente não se limita aos baixos salários ou à instabilidade

ISSN 2317-1316

dos vínculos, mas também envolve a sobrecarga de responsabilidades, a falta de recursos e a redução do tempo de descanso. Como apontam Viegas (2022) e Pinto, Duarte e Vieira (2012), essa realidade é especialmente presente na Educação Infantil, onde o compromisso com o cuidado e o bem-estar das crianças leva muitas profissionais a naturalizarem exigências excessivas. Nesse contexto, Garcia e Anadon (2009) destacam o conceito de autointensificação, que ocorre quando as próprias professoras ampliam seus esforços para suprir as dificuldades das instituições. Os dados desta pesquisa, obtidos a partir de 35 respostas de campo, reforçam essa contradição ao evidenciar que, embora o vínculo afetivo seja reconhecido como parte importante do trabalho, as profissionais também enfrentam dificuldades relacionadas à carga horária, à infraestrutura e à falta de valorização profissional.

Investigar a precarização na primeiríssima infância surge, portanto, como uma necessidade acadêmica e social. É preciso questionar os discursos que condicionam a qualidade da atuação docente exclusivamente à abnegação ou ao sacrifício individual. Partindo da ideia de que o "amor à profissão" costuma ser usado para justificar o excesso de trabalho, esta pesquisa busca analisar a relação entre afetividade, exigências institucionais e precarização na primeiríssima infância, levando em conta as percepções de profissionais que atuam ou já atuaram na área. O objetivo é ajudar a entender que a docência com crianças pequenas é um trabalho profissional sério. Exige formação sólida, remuneração justa e boas condições de trabalho. Isso não exclui a sensibilidade e o afeto que fazem parte do ato de ensinar.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa é um estudo de campo descritivo com abordagem quantitativa. O trabalho foi feito para investigar o que pensam profissionais que atuam ou já atuaram na área da educação sobre as condições de trabalho na primeiríssima infância. Foram avaliados aspectos como afetividade, exigências do trabalho, carga horária, estrutura da instituição e valorização da carreira. A escolha pela pesquisa de campo se deu pela necessidade de entender esse fenômeno a partir da experiência direta de pessoas inseridas no contexto educacional.

ISSN 2317-1316

A coleta de dados aconteceu por meio de um questionário semiestruturado. O instrumento tinha perguntas sociodemográficas e profissionais para descrever os participantes, como faixa etária, escolaridade, tempo de experiência, cargo e rede de ensino. Também havia blocos de afirmações sobre o dia a dia de trabalho. Essas afirmações tratavam do vínculo afetivo, do amor pela profissão, do número de crianças por adulto, da pressão para assumir tarefas extras, da infraestrutura física, do acesso a recursos materiais e do tempo disponível para as atividades. O questionário também avalia a autonomia, a formação continuada e a percepção de reconhecimento pela instituição e pela sociedade. Para medir as respostas, foi usada uma escala de concordância com quatro opções: "Discordo totalmente", "Discordo", "Concordo" e "Concordo totalmente".

A divulgação do questionário aconteceu on-line. Ele contou com a participação de 35 pessoas com perfis e níveis de formação variados. A amostra reuniu profissionais que trabalham ou já trabalharam como professores, auxiliares de classe, apoio, gestores, estagiários, assessores e secretários. O grupo incluiu trabalhadores das redes municipal, estadual, particular e conveniada, vindos de diferentes municípios. Isso permitiu mostrar um panorama variado sobre as exigências do dia a dia escolar.

Depois de terminar a coleta, as informações foram organizadas em uma planilha eletrônica para sistematizar. O processo começou com a análise estatística descritiva das respostas para identificar quantas pessoas concordaram ou discordaram em cada item. Depois, os dados foram cruzados e interpretados com base no referencial teórico da pesquisa. O objetivo era identificar semelhanças e contradições entre o apego à dimensão afetiva e as condições reais de trabalho. Assim, a análise não ficou só em gráficos e tabelas. Ela também buscou entender como as percepções dos participantes se ligam aos conceitos de precarização e intensificação docente na primeiríssima infância.

Por fim, os dados coletados foram usados apenas para fins acadêmicos e de pesquisa científica. Eles foram apresentados de forma agrupada e sem identificar os participantes. Esse caminho metodológico permitiu juntar as diferentes dimensões do ambiente escolar. Assim, deu base prática para a discussão proposta pelo estudo.

ISSN 2317-1316

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa contou com 35 participantes que trabalham ou já trabalharam na área da educação. Quanto à faixa etária, 37,1% tinham entre 26 e 39 anos, 34,3% entre 40 e 59 anos, 25,7% entre 17 e 25 anos e 2,9% tinham 60 anos ou mais. Em relação à escolaridade, 42,9% possuíam pós-graduação, 31,4% estavam cursando ou não haviam concluído o ensino superior, 14,3% tinham ensino superior completo, 8,6% possuíam ensino médio completo e 2,9% tinham mestrado.

Quanto à atuação profissional, 34,3% eram professores, 17,1% auxiliares de sala, 11,4% estagiários, 8,6% profissionais da gestão, 5,7% profissionais de apoio e 22,9% exerciam outras funções relacionadas à educação. Em relação à localização, foi levado em consideração apenas os municípios da Baixada Santista do estado de São Paulo, sendo que 71,4% atuavam em Santos, 8,6% em Praia Grande, 5,7% em São Vicente, 5,7% em Guarujá, 5,7% em Itanhaém e 2,9% em Cubatão. Sobre a rede de ensino, 42,9% trabalhavam na rede municipal, 37,1% na privada, 17,1% na estadual e 2,9% em instituições conveniadas.

Um dos resultados mais relevantes foi a relação entre afetividade e precarização: 82,9% dos participantes concordaram que o amor pela profissão pode contribuir para a aceitação de condições de trabalho que precisam ser melhoradas. Além disso, 65,7% afirmaram sentir-se motivados e satisfeitos com o trabalho. Esses dados mostram que a satisfação profissional pode coexistir com dificuldades nas condições de trabalho. O vínculo afetivo com as crianças é importante para a prática educativa, mas não deve ser utilizado para justificar a sobrecarga ou substituir os direitos e a valorização dos profissionais.

Essa questão dialoga com Garcia e Anadon (2009), que discutem a intensificação e a autointensificação do trabalho docente, destacando como a dedicação, o cuidado e a responsabilização individual podem contribuir para a ampliação das exigências profissionais. Assim, é necessário reconhecer que o afeto faz parte da docência, mas não elimina a necessidade de condições adequadas para exercê-la.

A quantidade de crianças atendidas também se destacou: 74,3% dos participantes consideraram inadequado o número de crianças por profissional para garantir um atendimento de qualidade. Além disso, 68,6% afirmaram sentir pressão para assumir responsabilidades

ISSN 2317-1316

que ultrapassam suas funções. Esses resultados evidenciam a importância de uma organização do trabalho que permita aos profissionais acompanhar as necessidades das crianças e desenvolver suas atividades com qualidade.

Locatelli e Vieira (2019) discutem os desafios relacionados às condições de trabalho, à profissionalização e à valorização na Educação Infantil. Essa perspectiva reforça que a qualidade do atendimento não depende apenas da dedicação individual, mas também de condições institucionais adequadas, recursos disponíveis e reconhecimento da complexidade do trabalho realizado com crianças pequenas.

Quanto às condições físicas das instituições, 54,3% dos participantes as consideraram adequadas, enquanto 45,7% discordaram. Em relação aos materiais pedagógicos, 60,0% afirmaram ter acesso aos recursos necessários, mas 40,0% relataram dificuldades. Embora existam percepções positivas, os resultados demonstram que nem todos os profissionais contam com condições satisfatórias para desenvolver suas atividades.

A sobrecarga também aparece no tempo dedicado ao trabalho: 71,4% dos participantes afirmaram realizar atividades profissionais fora do expediente sem remuneração adicional. Apesar disso, 57,1% consideraram adequada a carga horária. Essa diferença evidencia que a jornada formal nem sempre corresponde ao tempo efetivamente dedicado às atividades profissionais. Viegas (2022) contribui para essa discussão ao analisar a intensificação e a sobrecarga do trabalho docente, incluindo as exigências que ultrapassam o horário estabelecido.

A valorização profissional foi outro aspecto preocupante. Para 80,0% dos participantes, as instituições não realizam ações suficientes para valorizar os professores. Além disso, 54,3% não se sentiam reconhecidos pelo desempenho profissional, enquanto 51,4% consideraram que sua formação e experiência não eram valorizadas adequadamente. Quanto ao reconhecimento social, 80,0% avaliaram que a sociedade não reconhece suficientemente a importância do trabalho docente. Em relação à gestão, 54,3% apresentaram uma percepção negativa sobre o reconhecimento recebido.

Em contrapartida, 51,4% afirmaram possuir autonomia profissional, enquanto 48,6% discordaram. Sobre a formação continuada, 80,0% relataram ter acesso a oportunidades de aperfeiçoamento, demonstrando um aspecto positivo da pesquisa. Entretanto, o acesso à

ISSN 2317-1316

formação precisa estar acompanhado de condições de trabalho, remuneração justa e reconhecimento profissional para que os conhecimentos adquiridos possam ser aplicados adequadamente.

De maneira geral, os resultados revelam uma contradição importante: embora 65,7% dos participantes se sintam motivados e satisfeitos com o trabalho, 82,9% reconhecem que o vínculo afetivo pode contribuir para a aceitação de condições que precisam ser melhoradas. A percepção de inadequação da quantidade de crianças por profissional (74,3%), a pressão para assumir responsabilidades além das próprias funções (68,6%), a realização de atividades não remuneradas fora do expediente (71,4%) e a insuficiência de ações institucionais de valorização (80,0%) reforçam a necessidade de discutir as condições concretas em que a docência é exercida.

Esses dados se aproximam das discussões de Garcia e Anadon (2009) sobre a intensificação do trabalho docente, de Viegas (2022) sobre a sobrecarga profissional e de Locatelli e Vieira (2019) sobre as condições de trabalho e a valorização na Educação Infantil.

Portanto, a docência com crianças pequenas deve ser compreendida como uma atividade profissional que exige formação, responsabilidade, conhecimentos específicos e condições adequadas de exercício. O afeto e a sensibilidade são fundamentais para o trabalho educativo, mas não substituem a remuneração justa, os recursos necessários, o tempo para planejamento e o reconhecimento profissional. Embora os resultados representem as percepções dos 35 participantes e não possam ser generalizados para todos os profissionais da educação, eles contribuem para demonstrar que valorizar quem trabalha na primeiríssima infância é também reconhecer a seriedade e a complexidade dessa profissão.

4 CONCLUSÃO

Podemos concluir que a partir das percepções dos profissionais entrevistados que atuam ou já atuaram na primeiríssima infância na Baixada Santista, que o vínculo afetivo com as crianças e a satisfação profissional podem coexistir com dificuldades nas condições de trabalho. As respostas apontam que as responsabilidades e exigências enfrentadas pelos profissionais nem sempre são acompanhadas dos recursos e do suporte necessários para a

ISSN 2317-1316

realização das atividades. A afetividade não pode justificar a sobrecarga. Assim, os resultados reforçam a importância de garantir suporte institucional e condições que permitam aos profissionais realizar suas atividades de forma adequada. É preciso reconhecer que o compromisso com o desenvolvimento das crianças exige, obrigatoriamente, o amparo a quem as educa.

5 DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Declaração de Uso de IA: Durante a elaboração deste trabalho, utilizou-se a ferramenta ChatGPT para apoio e orientação no desenvolvimento do artigo, auxiliando na identificação dos tópicos que poderiam ser mais aprofundados e na organização das ideias, utilizada apenas como um recurso de direcionamento, sem substituir a pesquisa. O conteúdo gerado foi revisado, editado e validado pelos autores, que assumem total responsabilidade pelo texto final.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/.

GARCIA MM; ANADON SB. Reforma educacional, intensificação e autointensificação do trabalho docente. Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 106, p. 63–85, jan./abr. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/F4ngy7gs3qcGKcSrJh5CB5s/.

LOCATELLI AS; VIEIRA LF. Condições de trabalho na Educação Infantil no Brasil: os desafios da profissionalização e da valorização docente. Educar em Revista, Curitiba, v. 35, n. 78, p. 263–281, nov./dez. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/KZG35fvnLnkgMpygm34JDbd/.

TARDIF M; LESSARD C. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Tradução de João Batista Kreuch. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

VIEGAS MF. Trabalhando todo o tempo: sobrecarga e intensificação no trabalho de professoras da educação básica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 48, e244193, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248244193.